

A REGIÃO CRESCE MAIS QUE A METRÓPOLE

Milton Santos*

Resumen

Durante mucho tiempo, las teorías espaciales clásicas (polos de desarrollo, teoría del lugar central, *rank size rule*, polo-periferia) consideraron a las grandes ciudades como centros de crecimiento, mientras que el resto del país tendría dificultad para despegar. Sin embargo, hoy, si se considera la evolución de varios indicadores económicos y sociales de las diferentes áreas metropolitanas brasileñas, en relación con el resto del país, (particularmente las zonas del interior que empiezan a experimentar la modernización), se podría llamar al proceso por el que pasan como **involución metropolitana**. Esta sería una consecuencia del resultado de la difusión en el territorio de aquello que se ha llamado medio-científico-técnico, que es consecuencia de la difusión a escala mundial de las variables que caracterizan el presente periodo histórico.

De acuerdo con lo anterior, las transformaciones recientemente ocurridas en la superficie de la tierra en un gran número de lugares, estarían marcadas por las contribuciones de la ciencia y la tecnología, de tal manera que los lugares se caracterizan en función de las diferencias de información que hay entre ellos. Se estaría produciendo, por lo tanto, un cambio fundamental en el medio geográfico, dejando de ser simplemente un medio natural o un medio técnico para transformarse en un medio técnico-científico internacional. Sobre la base de lo anterior la naturaleza de la vida contribuye a la formación de nuevas relaciones sociales que traen consecuencias al proceso de urbanización.

En este trabajo se presenta el caso brasileño donde se puede apuntar como resultado de la involución metropolitana antes mencionada, un fenómeno paralelo e interdependiente que es un crecimiento de la región más importante que el de la metrópoli y de una tendencia a tener una calidad de vida mejor en el interior.**

Introdução

Durante muito tempo e à luz de teorias espaciais consagradas (polos de desenvolvimento, lugares centrais, rank size rule, polo-periferia) as grandes cidades eram consideradas os lugares do crescimento, enquanto o resto do país teria dificuldades para decolar. Hoje, porém, apreciando a evolução de numerosos indicadores econômicos e sociais das diversas áreas metropolitanas brasileiras, em relação ao que se passa com o resto do país tomado como um todo (e, particularmente, em confronto com aquelas regiões do Interior que, agora, conhecem um processo de modernização), consideramos autorizados a propor a idéia segundo a qual a situação atual dessas grandes cidades pode ser legitimamente adjetivada como de "involução metropolitana". Esta seria um

* Departamento de Geografia, Facultad de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.

** Agradecemos la colaboración de la Dra. Silvana Levi L. por elaborar el resumen de este trabajo.

resultado de difusão no território daquilo a que chamamos de meio científico-técnico¹, por sua vez conseqüência da difusão à escala mundial das variáveis que caracterizam o presente período histórico. Segundo essa idéia, as transformações recentemente ocorridas na face da Terra, e em um grande número de lugares, estariam marcadas por contribuições da ciência e da tecnologia, de modo que os lugares se caracterizariam em função das diferenças de informação neles contidas. O meio geográfico estaria, assim, conhecendo uma mudança fundamental, deixando de ser meramente um meio natural ou um meio técnico e se transformando em um meio técnico-científico ou, ainda melhor, um meio técnico-científico-informacional. Esse novo substrato da vida social contribui para a instalação de novas relações sociais, trazendo conseqüências ao processo de urbanização. No caso brasileiro, podemos apontar como resultados dessa evolução a supramencionada involução metropolitana, fenômeno paralelo e interdependente de um crescimento regional mais importante que o da metrópole² e da tendência a uma melhor qualidade de vida no interior.

A metrópole cresce menos que o país como um todo

A Região Metropolitana de São Paulo continua a concentrar uma parcela importante da riqueza nacional, desproporcional em relação à sua parte na população brasileira, mas sua participação na formação do PIB nacional está diminuindo, como se pode ver na tabela abaixo.

Produto Interno Bruto a preços de mercado (em cruzados de 1986)

	PIB		PIB por habitante	
	A	B	C	D
	1980	1987	1980	1987
Brasil	1 252 173 84	3 687 473 15	10 522 23	26 859 40
Est. São Paulo	477 818 85	1 342 576 10	22 782 33	44 839 87
Grande S. Paulo	288 800 49	703 515 72	22 782 33	45 247 56

Fonte: Emplasa, 1987, tabela II.3.3.

¹ Santos, M., *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Hucitec, São Paulo, 1987.

² Em outro contexto, observação semelhante será feita, também, por John Redwood III (1984, p. 53), quando escreve que "as cidades secundárias, incluindo vários centros regionais metropolitanos, são, na atualidade, mais dinâmicas, em termos tanto geográficos quanto econômicos, que as maiores aglomerações urbanas do Brasil."

Comparando esses dados, constatam-se, pelo menos, dois fatos: em referência ao total do PIB, como em relação ao PIB *per capita*, tanto se reduz a parte do Estado de São Paulo em relação ao país como um todo, como diminui o quinhão da Grande São Paulo, em relação ao respectivo Estado e com o país. É isso que indicam os índices abaixo, calculados por nós, e onde se nota uma clara perda de importância relativa, quanto a esses dois índices:

	B:A	D:C
Brasil	2.94	2.55
Est. São Paulo	2.80	2.34
Grande S. Paulo	2.43	1.98

A tendência aliás, não é tão recente. Tomando-se o índice 100 para a renda interna por habitante em 1970, tanto para o Brasil, como para o Estado de São Paulo e a Grande São Paulo, os índices correspondentes a 1982 eram, respectivamente, 176, 153 e 123. Não é que São Paulo deixe de crescer. Mas outras áreas do Estado de São Paulo e o país como um todo crescem mais.

Vejamos o mesmo fenômeno através de outra forma de cálculo. A renda interna da Grande São Paulo, considerada em relação à do Brasil, baixa de 25.46% em 1970 para 22.15% em 1982.³ Como vemos, a tendência vem de longe.

³ Comparando-se os dados referentes ao Produto Interno Bruto *per capita*, em 1980 e 1985, para o Brasil, o Estado de São Paulo e a Grande São Paulo, há, para todas as escalas, uma baixa dos valores, mas ela é muito mais acentuada na aglomeração paulistana.

PIB por habitante (em Cruzados de 1985)

	1980	1985
Brasil	10.522,23	10.245,50
Estado de S. Paulo	19.081,60	17.994,50
Grande São Paulo	22.782,33	17.953,00

Fonte: Emplasa/DDU/SIP/CCA, citado em Ana Fani A. Carlos, 1986, p. 178.

Participação percentual na Renda Interna do Brasil

	Estado de S. Paulo	Grande São Paulo
1970	38.74%	25.46%
1972	38.61	24.97
1974	37.79	24.06
1976	36.81	23.05
1978	37.39	23.06
1980	37.83	22.84
1982	37.88	22.15

As perdas, entre 1970 e 1982, foram ainda maiores para a Grande São Paulo do que para o Estado de São Paulo, em relação ao país tomado como um todo. O mesmo se dá quando levamos em conta a renda interna por habitante.

Renda Interna por habitante (em Cr. de 1982)

	Brasil	Est. S. Paulo	Grande S. Paulo
1970	201.419	408.121	586.492
1980	380.219	685.239	820.848
1981	360.235	642.940	740.165
1982	353.648	625.085	723.174

Renda Interna Global 1970-1982 (em números índices)

	Brasil	Est. S. Paulo	Grande S. Paulo
1970	100	100	100
1975	171	163	157
1980	241	236	217
1981	234	229	204
1982	236	226	199

Renda Interna por habitante 1970-1982 (em números índices)

	Brasil	Est. S. Paulo	Grande S. Paulo
1970	100	100	100
1975	152	138	126
1980	189	168	140
1981	179	158	126
1982	176	153	123

O crescimento regional tende a ser menor nas metrópoles

No decênio de 80, enquanto os indicadores macro-econômicos indicam uma crise no país tomado como um todo, certas áreas do Interior mostram uma tendência praticamente sustentada ao crescimento. No caso do Estado de São Paulo, a participação do Interior na formação da riqueza não pára de crescer, enquanto a contribuição da Grande São Paulo está em baixa.

	1980	1985	1988
Interior	39.8%	47.6%	59.4%
Grande São Paulo	60.2	52.4	40.6

Em 1988, a Grande São Paulo fica com 49.6% do total da riqueza produzida no Estado, mas é ultrapassada pelo Interior, a quem já cabem 50.4% (dados do SEADE, tirados de *Shopping News*, 06.05.1990). O tamanho das cidades já não é um critério para o crescimento das estatísticas econômicas, mas, justamente, o contrário. Levando-se em conta a evolução do valor adicionado segundo o tamanho urbano, ela somente é positiva nas cidades até 50 mil habitantes, com um índice de 2%, enquanto essa taxa era negativa nas aglomerações maiores: -2% nas cidades entre 50 e 250 mil, de -11% nas entre 250 e 1 milhão e de -21.3% nas aglomerações milionárias (o Estado de São Paulo, 28.01.1990).

Aliás, a participação da Região Metropolitana de São Paulo na renda interna do Estado já vinha se reduzindo desde antes. No decênio 1970-1980, a baixa é de 65.3% para 60% (SEADE, 1983). Segundo cálculos de Philip Gunn, essa participação teria sido de 65.72% em 1970 e de 58.45% em 1982. O interior do Estado estaria crescendo mais do que a área metropolitana. A renda média das áreas interioranas

que representava 13% da renda média nacional em 1970, alcança os 16% em 1982 (Ph. Gunn, dez. 1985).

A Região Metropolitana de São Paulo tem, ainda, uma considerável participação no valor da transformação industrial do Brasil, mas, desde os anos 70, vem conhecendo uma diminuição substancial dos seus índices percentuais.

1959 : 41.0%

1970 : 43.5%

1975 : 38.8%

1980 : 33.6%

1987 : 30.6%

Gazeta Mercantil, 15.09.88 e M. E. B. Sposito, 1991.

A participação da Região Metropolitana de São Paulo no valor da transformação industrial do Estado de São Paulo também conhece um decréscimo desde 1970, enquanto se eleva a correspondente ao Interior.

Distribuição percentual do valor da transformação industrial no Estado de São Paulo

	1970	1975	1980
Grande São Paulo	74.7%	69.4%	62.9%
Capital	48.2	44.0	34.8
demais Municípios	26.5	25.4	28.1
Interior	25.3	30.6	37.1

Como vemos, dentro da própria Região Metropolitana, as perdas maiores vão se dar no Município de São Paulo.⁴ Tomado isoladamente, a cidade de São Paulo era responsável por 45.4% do valor adicionado na produção estadual em 1970, percentual que baixa para 26.23% em 1988.

Afirma-se, desde o decênio de 1970, a tendência a que o valor da transformação industrial cresça mais rapidamente no Interior que na Região Metropolitana.

Taxa de crescimento geométrico anual do valor da transformação industrial

	1970-1975	1975-1980
Grande São Paulo	14.1	5.1
Região de Campinas	28.7	7.4
Região Vale do Paraíba	22.1	12.8
Região de Sorocaba	16.8	18.1
Região de Jundiaí	17.9	9.0
Região Baixada Santista	11.9	16.9

Ph. Gunn, jun. 1985.

⁴Outros dados são relevantes para a compreensão da situação, como, por exemplo, os seguintes indicadores escolhidos da evolução recente na Grande São Paulo e no Interior do Estado de São Paulo.

	(% relativo à Grande São Paulo)		
	1978	1982	1983
Ligações elétricas residenciais	52 55	50 86	50 77
Ligações elétricas industriais	57 37	54 59	54 94
Criação de novas empresas	64 18	62 73	
Arrecadação do ICM	64 98	62 93	61 87
Valor adicionado	61 25	57 47	53 96

Em seu seminal artigo de 1984⁵, Fany Davidovich descreve a situação nas áreas mais próximas à Grande São Paulo. O Interior do Estado de São Paulo também vê aumentada sua participação no valor da transformação industrial do Brasil como um todo, passando de 14.6% em 1959, para 14.7% em 1960, 17.1% em 1970 e 19.8% em 1980. Na produção nacional do setor químico, a parte do Interior de São Paulo passa de 18.5% em 1970 a 32.7% em 1980. No caso das indústrias mecânicas, o salto é de 14.1% para 24.2% no mesmo período. Em outras áreas o incremento é igualmente significativo.

	1970	1980
material de transporte	9.2%	14.0%
material elétrico e de comunicação	5.5%	14.0%

Gazeta Mercantil, 15.09.1988.

Não se trata, apenas, de realocização industrial nas regiões do interior de São Paulo. Paralelamente à redistribuição da atividade fabril, aumenta a produtividade e a rentabilidade das fábricas, comparativamente à Região Metropolitana. É o que nos mostra um estudo recente de Carlos Roberto Azzoni, do qual só tivemos acesso a um resumo.⁶ Quanto à produtividade da mão de obra (valor adicionado por empregado) e a partir dos resultados do Censo Industrial de 1980, regiões como as de Campinas, Vale do Paraíba, Bauru, etc. comparecem com índices superiores aos da Grande São Paulo. Quanto à rentabilidade (valor adicionado menos gastos com mão de obra) essas mesmas regiões e mais outras duas, a de São José dos Campos e Taubaté, e a de Ribeirão Preto, apresentam níveis superiores.

O faturamento, pelo Tesouro do Estado, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) revela, entre 1980 e 1988, uma evolução que favorece o Interior. Segundo dados do SEADE,⁷ o Estado como um todo conhece uma regressão (menos 16.2%), mas esta se deve substancialmente à área metropolitana, onde o faturamento caiu de 30.7%, enquanto no Interior verifica-se um crescimento de 5.7%.

⁵ "Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios", *Espaço e Debates*, no. 13.

⁶ "Rentabilidade da indústria no interior de São Paulo", *Folha de São Paulo*, 21.03.1989.

⁷ *Folha de São Paulo*, 02.01.1990.

Outro índice revelador: o consumo de energia cresce mais depressa na indústria que no comércio e nas cidades menores a evolução é bem mais significativa do que nas maiores.

Evolução do consumo de energia elétrica entre 1980 e 1987 (em %)

Cidades segundo tamanho	na indústria	no comércio
até 50 mil	67.41	53.28
de 50 mil a 250 mil	47.77	56.15
de 250 mil a 1 milhão	30.39	45.66
mais de 1 milhão	24.32	40.78

Perfil dos Municípios Paulistas, Fundação SEADE, 1989, Folha de São Paulo, 02.01.1990, e o Estado de São Paulo, 28.01.1990.

A tendência é confirmada no que refere às novas ligações de energia elétrica na indústria, pois elas aumentam de 57% nas cidades com menos de 50 mil habitantes, de 48% naquelas entre 50 mil e 1 milhão e de 18% nas em que a população supera um milhão. A Grande São Paulo contava com 57.37% do total de ligações elétricas industriais em 1978; elas são 54.94% em 1983 (veja-se nota 4).

Há, claramente, uma nova divisão territorial do trabalho no país. O fenômeno privilegia certas regiões e é ainda mais sensível na própria área mais desenvolvida do Brasil. Veja-se, por exemplo, o caso da Região de Campinas, cuja evolução industrial recente pode ser comparada com a da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No período 1960-1980, o número de estabelecimentos industriais cresce de 158.1% no Grande Rio e de 194.9% na Região de Campinas, enquanto o pessoal ocupado aumenta, respectivamente, 165.2% e 453.2%. Quanto ao valor da produção, o da Região de Campinas representava 26.3% da do Grande Rio em 1960 e 52.7% em 1970, mas em 1980 alcança 104.1%, ultrapassando o obtido na antiga Capital Federal. Pode-se concluir que nessa região paulista vieram se instalar indústrias modernas e de grande porte, cujo desempenho seria o fundamento desses dados.

A indústria no Rio de Janeiro e na Região Administrativa de Campinas no período 1960-1980 (dados comparativos)

Ano	Área	Número de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Valor da produção (Cr\$.1.000)
1960	Estado RJ	11.487	332.693	91.323.613
	Grande Rio	6.944	222.878	139.986.488
	Campinas	5.116	74.997	36.856.012 (26.3% x Gde. Rio)
1970	Estado RJ (cresc/déc.60)	14.539 (126.6%)	410.978 (123.5%)	20.696.601
	Grande Rio (cresc/déc.60)	8.414 (121.2%)	275.273 (123.5%)	13.087.361
	Campinas (cresc/déc.60)	7.815 (152.8%)	135.466 (180.6%)	6.898.456 (52.7% x Gde. Rio)
1980	Estado RJ (cresc/déc.70)	15.116 (104.0%)	480.286 (116.9%)	1.020.748.093
	Grande Rio (cresc/déc.70)	10.977 (130.5%)	368.268 (133.8%)	745.261.620
	Campinas (cresc/déc.70)	9.969 (127.5%)	339.865 (250.9%)	775.925.000 (104.1% x Gde. Rio)

Fonte: Censos de IBGE.

A expansão do emprego na Capital e no Interior

Levando se em conta os cinco últimos momentos censitários (1940, 1950, 1960, 1970 e 1980) a proporção de emprego no setor secundário que cabe à Região Metropolitana (comparada com o Estado de São Paulo) conhece uma expansão até 1970, caindo ligeiramente em 1980. Quanto ao emprego no setor terciário, a parte correspondente à área metropolitana cresce bem depressa até 1960, observando-se a partir daí uma tendência de queda relativa, apenas aliviada em 1980.

Repartição percentual do emprego

	Met.	Int.								
SS	60 66	39 34	62 66	37 34	62 31	37 69	64 68	35 32	60 66	39 34
ST	42 89	57 11	48 92	51 08	54 40	45 60	56 21	43 79	56 06	43 94

SS: Setor secundário.

ST: Setor terciário.

B. Negri *et al.*, 1988, pp. 74-75.

O emprego cresceu cerca de 9.8% em todo o Estado, entre 1980 e 1988, segundo dados do Ministério do Trabalho. Mas a evolução no Interior (14.2%) terá sido maior que na Capital (7.2%).⁸

Segundo um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo, o Interior do Estado contava com 35.70% da mão de obra industrial do Estado em 1980 e em 1988 seus 2.100.000 empregados industriais constituem 38% dos trabalhadores de fábricas.⁹

Entre 1960 e 1970, a força de trabalho aumenta mais depressa na Grande São Paulo do que no Estado de São Paulo tomado como um todo, passando de 39.9% do total estadual em 1960 a 48.4% em 1970.

	Estado de São Paulo	Grande São Paulo
1960	4 517 598	1 803 921
1970	6 372 842	3 081 957
Acréscimo		
1960-1970	1 855 244	1 278 036

De fato, mais de dois terços dos novos empregos criados no Estado de São Paulo, o foram na Grande São Paulo, nesse decênio. Considerado, apenas, o setor secundário, os resultados são os seguintes:

⁸ *Shopping News*, 06.05.1990.

⁹ *Folha de São Paulo*, 27.11.1989.

	Estado de São Paulo	Grande São Paulo	Outras Regiões do Estado
1960	1 053 310	656 261	397 049
1970	2 003 684	1 295 802	707 882
1970-60	950 374	639 541	310 833

Desse modo, a força de trabalho industrial cresce mais na Grande São Paulo do que no Estado tomado como um todo. Mais de dois terços dos novos empregos industriais no Estado de São Paulo terão sido criados na Região Metropolitana de São Paulo.

Quanto ao setor terciário, a situação é a seguinte:

	Estado de São Paulo	Grande São Paulo	Outras Regiões do Estado
1960	1 988 552	1 081 587	909 965
1970	3 067 328	1 723 886	1 343 442
1970-60	1 078 776	642 299	436 477

Em números absolutos, a força de trabalho empregada nos serviços aumenta mais que a força de trabalho industrial, mas a parcela dos novos empregos terciários criados no Estado de São Paulo que cabe à Grande São Paulo, é menor que a dos novos empregos industriais, alcançando perto dos 60% e não dois terços como no caso do emprego industrial.

Pode-se daí depreender que, em relação ao Estado de São Paulo, o emprego terciário da Grande São Paulo considerado globalmente cresce menos depressa que o emprego secundário examinado segundo os mesmos parâmetros. Enquanto o crescimento do emprego terciário, no interior, seria mais expressivo?

	Grande São Paulo	Interior	Estado de São Paulo
Terciário	≈ 60%	≈ 48%	50%
Secundário	≈ 100%	≈ 45%	mais de 90%

O decênio 1970-1980 mostra uma outra situação, que se poderia identificar como a chegada de uma nova tendência.

Quando considerarmos o incremento do número de empregos no setor secundário e terciário, vemos que a variação do primeiro, maior na Região Metropolitana até 1970, torna-se relativamente mais importante no Interior entre 1970 e 1980. O recente crescimento dos postos de trabalho no setor secundário é bem mais significativo que no terciário, embora os números absolutos correspondentes a este último cresçam ligeiramente entre 1970 e 1980.

Variação intercensal do número de empregos (em %)

	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Setor secundário				
Região Metropolitana	93.20	30.70	97.50	87.20
Interior	77.50	32.70	78.30	121.70
Setor terciário				
Região Metropolitana	101.10	95.00	59.40	64.80
Interior	57.70	56.50	48.10	65.60

Repartição do emprego no Interior do Estado de São Paulo (em %)

	Setor secundário	Setor terciário
1940	8.28	18.05
1950	12.94	25.06
1960	14.63	33.42
1970	21.51	40.83
1980	31.90	49.46

A participação do Interior no emprego secundário, que marcava uma evolução negativa desde 1940, conhece um incremento importante, quando passa de 35.32% em 1970 para 39.34% em 1980. Quanto ao emprego terciário, os ganhos são relativamente pequenos, passando de 43.79% do total do Estado em 1970 para 43.94% em 1980.

Os dois índices são, todavia, coerentes. Há, de um lado, marcada desconcentração industrial, a partir dos anos 70, garantindo ao Interior uma posição melhor neste setor, mesmo que muitas das fábricas instaladas descentralizadamente, ofereçam menores

índices de emprego, pelo fato de serem tecnologicamente mais avançadas. Houve, igualmente, nesse período, acentuada modernização agrícola. Esses dois movimentos de modernização afetam o terciário geograficamente próximo, impondo-lhe alterações quantitativa e qualitativamente importantes. O interior se terciariza, graças à expansão do setor público e da agricultura moderna, levando à maior necessidade de emprego ligado à esfera de circulação (também no setor industrial) e sugerindo um mais alto teor de trabalho intelectual necessário, tanto na produção como na regulação da atividade produtiva. Nesse sentido, há descentralização, em relação à Capital e à Região Metropolitana, de empregos de qualidade.

No período técnico científico atual, os setores terciários de comando tendem a se concentrar geograficamente ainda mais, beneficiando, ao menos num primeiro momento, as localidades onde o potencial em matéria cinzenta é mais diversificado e maior. Esses lugares são, também, mais atrativos para os pobres. Modernidade e pobreza, participação plena e não-participação são, nas grandes cidades, as duas pontas do processo de modernização contemporânea, sendo, assim, responsáveis pela expansão global do setor terciário. O exame dos dados relativos à evolução do emprego nesse setor, no Interior e na Região Metropolitana de São Paulo, deve pois, levar em conta essas condições concretas. Desse modo, o fato de que o emprego terciário dê sinais de expansão no Interior (43.79% em 1970 e 43.94% em 1980, em relação ao Estado de São Paulo como um todo) e que o emprego nos serviços tenha, nesse período, crescido um pouco mais no Interior (65.60%) do que na Região Metropolitana (64.60%), pode ser saudado como um indicador de uma evolução que, apenas, o Recenseamento de 1991 deverá confirmar ou infirmar, mas que aparentemente é positiva para as regiões interioranas.

Tomando-se números recentes quanto à administração pública, verifica-se, desde 1980, uma aceleração na oferta de empregos no Interior, em relação ao Estado como um todo (e, evidentemente, muito mais em relação à Região Metropolitana). Sendo o índice 100 para 1980, a oferta desses empregos em 1988 era de 129.52 na Grande São Paulo e de 166.25 no Interior.

Oferta de empregos na Administração Pública (em milhares)

	1980	1984	1988
Grande São Paulo	582.9	630.2	755.0
Interior	161.5	194.2	268.5
Estado de S. Paulo	744.4	824.4	1 023.4

O movimento que conduz a uma evolução mais rápida do emprego nos setores secundário e terciário no Interior de São Paulo é, pois, relativamente recente, coincidindo com as grandes transformações que afetam o espaço e a sociedade, graças à expansão paralela do meio técnico-científico no Estado de São Paulo e da modernidade social e econômica contemporânea.

Mudanças na Composição Setorial do Emprego na Metrôpole e no Interior ¹

	1940	1950	1960	1970	1980
Setor secundário					
Metrôpole	259.898 (60.66%)	502.133 (62.66%)	656.267 (62.31%)	1 295.886 (64.68%)	2 425.403 (60.66%)
Interior	168.580 (39.34%)	299.192 (37.34%)	397.043 (37.69%)	707.798 (35.32%)	1 530.039 (39.34%)
Setor terciário					
Metrôpole	275.892 (42.89%)	554.798 (48.92%)	1 081.720 (54.40%)	1 724.012 (56.12%)	2 838.033 (56.06%)
Interior	367.357 (57.11%)	579.357 (51.08%)	906.832 (45.60%)	1 343.316 (43.79%)	2 224.514 (43.94%)

Incremento intercensal do número de empregos nos setores secundário e terciário, na Região Metropolitana e no Interior do Estado de São Paulo ¹

	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980
Setor secundário				
Região Metropolitana	242.235	154.134	639.619	1 129.601
(variação)	(93.20%)	(30.70%)	(97.50%)	(87.20%)
Interior	130.612	97.851	310.755	823.241
(variação)	(77.50%)	(32.70%)	(78.30%)	(116.3%)
Setor terciário				
Região Metropolitana	278.906	526.922	642.292	1 114.147
(variação)	(101.10%)	(95.00%)	(59.40%)	(64.60%)
Interior	212.000	327.475	436.484	881.072
(variação)	(57.70%)	(56.50%)	(48.10%)	(65.60%)

¹ Adaptados de Barjas Negri, Maria Flora Gonçalves, Wilson Cano, *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, Fundação Seade, São Paulo, jan. 1988, pp. 74-75.

Estado de São Paulo 1940-1980

Distribuição Setorial da PEA Urbana na metrópole e no interior 1940-1980

	1940		1960		1980	
	No.	%	No.	%	No.	%
Metrópole: PEA urbana	535.790	91.0	1 737.987	96.3	5 263.463	99.2
Setor secundário	259.898	44.0	656.267	36.4	2 425.403	45.7
Setor terciário	275.892	46.9	1 081.720	59.9	2 838.033	53.5
Interior: PEA urbana	535.937	26.4	1 303.875	48.0	3 754.533	81.4
Setor secundário	168.580	8.3	397.043	14.6	1 530.039	31.9
Setor terciário	367.357	18.1	906.832	33.4	2 224.514	49.5

Fonte: M. F. Gonçalves e V. C. Semeghini, 1988, p. 17, **tabela 5.**

Ganha-se mais no campo?

Há outros dados que permitem discutir, segundo prismas diferentes, a tese da involução metropolitana. Um deles é a tendência, que começa a se afirmar, nas áreas onde o capitalismo amadurece, à reversão do leque salarial, de modo que as ocupações urbanas podem ser menos bem remuneradas que as do campo. Vejamos um caso concreto. Pelo menos entre os que ganham pouco, isto é, menos de dois salários mínimos, o percentual relativo a essa classe de renda no cômputo total dos ativos é, no Estado do Paraná, menor na atividade agrícola que na prestação de serviços ou, mesmo, no comércio de mercadorias, com índices, respectivamente, de 44.26%, 76.57% e 49.57%.

Levando-se em conta exclusivamente os que têm rendimento inferior a um salário mínimo, a parcela relativa é menor no comércio de mercadorias e muitíssimo maior no setor prestação de serviços. E considerando apenas os que percebem entre 1 e 2 salários mínimos a atividade agrícola (16.93%) se coloca em situação de inferioridade relativa frente à prestação de serviços (20.32%) e o comércio de mercadorias (31.09%).

Paraná 1983

Ramos de atividade	Total	menos de 1 S. M.	de 1 a 2 S. M.	menos de 2 S. M.
agrícola	1 515 780	414 309 27.33%	256 718 16.93%	671 027 44.26%
prestação de serviços	436 975	245 803 56.25%	88 794 20.32%	334 597 76.57%
comércio de mercadorias	328 806	60 789 18.48%	102 246 31.09%	163 035 49.57%

No Estado da Bahia, parece que se está verificando fato semelhante. Na Capital, a renda de migrantes que vivem no bairro do Nordeste de Amaralina era menos favorável que entre pessoas ocupadas na agricultura numa zona de emigração, isto é, na Região de Cruz das Almas. A desvantagem tanto se dá quanto aos baixos rendimentos quanto no que se refere às rendas mais altas.

	Nordeste de Fumo Amaralina (Cruz das (Salvador) Almas)		Mandioca (Cruz das Almas)	Citros (Cruz das Almas)
Até 500 Crs.	29%	16%	22%	8%
mais de 2000 Crs.	8%	4%	6%	49%

William S. Saint e William Goldsmith, "Sistemas de Lavouras, mudança estrutural e migração rural-urbana no Brasil", *Estudo CEBRAP* no. 25, pp. 135-164, p. 156.

Pode-se imaginar que nos deparamos com uma tendência, que não seria única ao Brasil e suas áreas mas desenvolvidas, mais se reproduziria em outros países? Quanto à América Latina, um estudo de Victor E. Tokman¹⁰ mostra dois fenômenos (tabela 4, p. 143). Em primeiro lugar, comparada a curva dos salários mínimos urbanos e dos salários agrícolas entre 1966-1967 e 1978-1979, a evolução é favorável aos salários agrícolas em diversos países, como a Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru e Uruguai.

Em segundo lugar, a comparação entre salários agrícolas e salários na construção também mostra evolução positiva, naquele mesmo período, em países como Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Os números são globais para cada um desses países, devendo-se supor que o exame do processo econômico e social relacionado às circunstâncias regionais permita chegar a conclusões mais efetivas e válidas.

No Brasil, em 1983, o percentual de pessoas ocupadas na agricultura ganhando menos de 2 salários mínimos, era de 58%, enquanto entre os operários da construção civil esse percentual era de 74% e de 79% na prestação de serviços (PNDA, IBGE, 1983).

De um modo geral, aliás, no caso brasileiro, a renda média tende a crescer relativamente mais nas áreas rurais que nas urbanas, no país tomado como um todo. A evolução mais nítida é, porém, nas áreas de fronteira, seguidas do conjunto dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹⁰ *Estrategia de Desarrollo y Empleo en los años ochenta*, 1981.

Evolução da renda média nas áreas urbanas e rurais entre 1970 e 1980

	áreas rurais	áreas urbanas	Brasil
Sul-Sudeste	135	86	92
Nordeste	107	80	112
Fronteira	149	93	114
Total	126	73	100

David Denslow e William G. Tyler, "Perspectives on poverty and income in Brasil", 4o. Encontro Brasileiro de Econometria, Águas de São Pedro, São Paulo, dec. 1982.

Quanto, especificamente, ao Estado de São Paulo, já nos anos 70, nota-se uma evolução positiva dos salários pagos em certas atividades rurais no Estado de São Paulo em comparação com o salário mínimo da Capital. Em 1970, somente os tratoristas ganhavam mais, em média, que o portador de salário mínimo no município de São Paulo, cujos ganhos, em 1977, eram também, ultrapassados por diaristas residentes e volantes.

Valor corrente dos salários pagos (por dia)

	1970	1977
diarista residente	5.14	37.60
volante	5.65	43.30
tratorista	6.11	41.38
salário mínimo	5.81	25.60

SEADE, t. 1/9, 1979.

A qualidade de vida no Interior

Certos índices de qualidade de vida aparecem como melhores no Interior do que na metrópole. No Estado de São Paulo, evolução planejada e evolução espontânea se conjugam para assegurar esse resultado positivo. Graças, de um lado, ao Programa de Desenvolvimento das Cidades Médias e, de outro lado, à modernização da agricultura, à desconcentração industrial e ao aumento da terciarização, as capitais regionais (sedes das 42 Regiões Administrativas) vêm aumentar mais rapidamente o número de ligações residenciais de água, de esgotos e de energia elétrica e baixar mais rapidamente os

coeficientes de mortalidade infantil, ainda que haja situação de desvantagem quanto à disponibilidade de leitos hospitalares.

Para L. F. Telles Claro (1985, p. 33) “a canalização de recursos para estas cidades não constitui obra do acaso, mas fazem parte da estratégia do Estado e do Capital Monopolista e, para tanto, necessitam de um planejamento centralizado que coordene a ação dos órgãos setoriais”. A natureza dos índices utilizados permite aceitar como válida a sua comparação, em um período limitado.

	1980		1982	
	Região Metrop. de S. Paulo	Cidades médias	Região Metrop. de S. Paulo	Cidades médias
Leitos hospitalares por 1000 hab.	2.6	4.8	2.9	4.3
Ligações residenciais de água encanada/hab.	0.15	0.12	0.14	0.19
Ligações residenciais de esgotos/hab.	0.07	0.09	0.07	0.15
Ligações residenciais de energia elétrica/hab.	0.18	0.19	0.19	0.21
Coefficiente de mortalidade infantil	55.19	43.91	52.65	41.01

Fonte: Perfil Municipal SEADE, vol. 1, 2 e 3, 1981 e 1983. Luiz Fernando Telles Claro, “Notas para discussão: Região Metropolitana e Cidades Médias no Estado de São Paulo”, *Revista do SPAM*, ano III, no. 15, nov. 1985, pp. 32-35, quadro I, p. 33.

Evolução de certos indicadores escolhidos 1980: índice 100

	Região Metrop. de S. Paulo	Cidades médias	Região Metrop. de S. Paulo	Cidades médias
Leitos hospitalares por 1000 hab.	100	100	111.54	89.58
Ligações residenciais de água/hab.	100	100	93.33	158.33
Ligações residenciais de esgotos/hab.	100	100	100.00	166.67
Ligações residenciais de energia elétrica/hab.	100	100	105.56	110.53
Coefficiente de mortalidade infantil	100	100	95.4	93.4

L. F. T. Claro, 1985, p. 34.

As estatísticas vitais favorecem, também, o Interior do Estado de São Paulo, em comparação com a Capital e a Região Metropolitana de São Paulo. Em 1985, a expectativa de vida era de 68.5 no interior e de 67.9 na Grande São Paulo (68.2 no município de São Paulo, tomado isoladamente). Já quanto à probabilidade de morte, ela era maior na Grande São Paulo que no Interior para os homens entre 15 e 65 anos, e para homens e mulheres entre 0 e 5 anos. De cada mil nascidos no Interior, eram 30.8 os que morriam antes de completar um ano, esse índice subindo para 53.9 na Grande São Paulo (Carlos Eugenio Carvalho Ferreira, *Revista Conjuntura Demográfica*, no. 9, Fundação SEADE, São Paulo, 1990).

Em 1982, a mortalidade infantil no Estado de São Paulo atinge 47.93%. Mas a diferença é flagrante entre a Grande São Paulo (52.65%) e o Interior do Estado (42.76%) (dados CAR/sec. Planejamento).

No seu estudo de 1984, Roberto Macedo mostra a incidência da problemática econômica sobre a mortalidade infantil no Estado de São Paulo. Uma das tabelas que esse autor organizou deixa ver como a evolução do fenômeno traz vantagens para a maior parte das regiões do interior, em relação à região metropolitana.

Um outro dado a levar em conta quando se compara a qualidade de vida na Região Metropolitana e no Interior é o relativo às habitações subnormais. Enquanto na Grande São Paulo, somando-se cortiços, favelas e outras formas inferiores de residência, o percentual facilmente ultrapassa 25%, a proporção de favelados na população urbana foi assim recentemente estimada:

Araçatuba	2.5%
Campinas	7.5%
Jundiaí	6.2%
Piracicaba	10.0%
São Carlos	1.0%
Araraquara	0%
Bauru	1.2%
Ribeirão Preto	0.5%
S. José do Rio Preto	0.5%

M. F. Gonçalves e V. C. Semeghini, 1988, p. 28, **tabela 11**).

É igualmente revelador o fato de que as taxas de analfabetismo sejam superiores na Grande São Paulo às registradas (1982) no Interior, isto é, 20.16% e 15.86% respectivamente (para o Estado de São Paulo como um todo o dado é 18%) (dados CAR/Sec. Planejamento).

No interior de São Paulo, onde a população considerada urbana de 80.4% supera os 78% dos Estados Unidos e 81% das casas dispõem de energia elétrica, os índices de qualidade de vida podem ser comparados com o de alguns países europeus e com os Estados Unidos. Por exemplo: 4.7% das pessoas têm curso superior completo, enquanto na Áustria esse índice é de 3.3%; 73.6% das casas têm televisão (70% na Alemanha); um em cada quatro habitantes têm automóvel, dado semelhante ao da Itália e o dobro de Portugal; 87.9% sabem ler e escrever, o que é comparável ao percentual espanhol; 66% das residências contam com geladeiras (65% na Espanha); a renda *per capita* de 4 000 dólares (a média brasileira é 60% menor) é comparável à da Espanha tomada como um todo, que é de 5 400 dólares.¹¹

No que refere às pessoas ocupadas ganhando mais de 5 salários mínimos, nos municípios-sede e nas aglomerações urbanas, a comparação entre o que se passa, na

¹¹ *Veja*, 22.05.1985.

Região Metropolitana e em outras regiões (do interior) do Estado não é desvantajosa para estas últimas.

Percentagem de pessoas ocupadas com mais de 5 salários mínimos

	Município	Aglomeración urbana
Sorocaba	17.4	16.1
Campinas	21.0	18.14
Jundiaí	19.1	17.3
Santos	30.5	19.8
Taubaté	18.1	17.7
São Paulo	23.5	21.7

Indicadores Sociais, 1988, p. 41, 124, 125.

Já quanto ao rendimento médio, este pode até ser mais considerável em alguns municípios do Interior que, mesmo, na Capital e na Região Metropolitana, fato que é válido, também, para outros Estados.

Estado de São Paulo

São Paulo	5.0
Santos	5.3
Campinas	4.3
San José dos Campos	4.2

Estado de Minas Gerais

Ipatinga	3.7
Timóteo	4.4
Belo Horizonte	4.2

Indicadores Sociais, 1988, pp. 41, 124, 125.

A involução metropolitana

A noção de involução metropolitana, apesar de sua filiação intelectual, não pode ser confundida com a ideia de involução urbana proposta no fim dos anos 60 por

Armstrong e McGee (1968) e nada tem a ver com a idéia de “ruralização urbana”, tratada por diversos autores, como notadamente, Bryan Roberts¹² inspirados, talvez, em uma literatura na qual se destacam, entre outros, Frank Bonilla¹³ e em Jacqueline Weisslitz.¹⁴ Os migrantes se instalariam na cidade, guardando, porém, muitas de suas características rurais, que iriam influir na economia, na cultura e no habitat, tese, aliás, contestada, entre outros, por Anthony e Elisabeth Leeds.¹⁵

Segundo outra vertente, a urbanização se constituiria, em grande parte, nos países subdesenvolvidos, de “aldeias urbanas” habitadas pelos “rurais da cidade”. Mesmo as grandes cidades seriam cidades pré-industriais no dizer de Gedeon Sjoberg¹⁶ e de Emrys Jones.¹⁷ Essa é uma discussão de certo modo ultrapassada.

A noção de involução urbana, tal como a propuzeram W. Armstrong e T. G. McGee¹⁸ responde a outras preocupações, já que eles não vêem na cidade nenhum dualismo estrutural, mas nela reconhecem um organismo unitário, onde a pobreza urbana se explica como conseqüência do processo de modernização capitalista. Pelo fato de que, nas cidades, diversas atividades crescem ao mesmo tempo em que aumenta o número de pobres, haveria “involução”. Essa idéia se aplicaria, então, ainda melhor, às cidades intermediárias, consideradas incapazes de se desenvolver graças ao peso das grandes cidades.

Nos dias atuais, as cidades tocadas pelo processo de modernização agrícola ou industrial típico do período técnico-científico conhecem um crescimento econômico considerável, enquanto é nas grandes cidades que se acumula a pobreza e atividades econômicas pobres, uma reversão em relação ao período anterior. O interior modernizado se desenvolve e as metrópoles conhecem taxas de crescimento relativamente menores. Daí a nossa designação de “involução metropolitana” que, de alguma forma, defronta a antiga noção de “involução urbana”.

¹² *Cities of Peasants*, Edward Arnold, Londres, 1978; *Ciudades de Campesinos*, Siglo XXI Editores, México, 1980.

¹³ Rio's favelas - “the rural slum within the city”, American University Field Staff Reports Service, South American Series, VIII, no. 3, 1961, pp. 1-15.

¹⁴ “Migration rurale et intégration urbaine au Pérou”, *Espaces et Sociétés*, no. 3, 1971, pp. 45-69.

¹⁵ “Brazil and the myth of urban rurality”, in *City and Country in the Third World*, Sukenkman, Cambridge, 1970.

¹⁶ *The Pre-Industrial City*, The Free Press, Glencoe, 1960.

¹⁷ *Towns and Cities*, Oxford University Press, 1966.

¹⁸ “Revolutionary Change and the Third World City: a theory of urban involution”, *Civilisations*, no. 18, 1968, pp. 353-377.

Tais resultados parecem dever-se à desconcentração de atividades econômicas modernas sobre o território nacional e ao fato de que, como se mostra claro para o Brasil e para o Estado de São Paulo, o crescimento de um bom número de regiões é maior, em termos relativos, que o da Região Metropolitana. Para certas áreas seria, mesmo, difícil empregar o termo de *crise*, se as pudéssemos considerar de maneira isolada em relação ao país. É, sobretudo, nas grandes cidades onde a crise vai se localizar.

A evidência empírica nos permite falar no Brasil, de “involução metropolitana” devida, em boa parte, à capacidade de atração dos pobres pela metrópole, onde vêm engrossar uma demanda de empregos formais e de serviços urbanos que a cidade do capital monopolista não atende. A economia urbana se adapta a essa situação, segmentando-se, através do paralelismo de atividades com os mais diversos níveis de capitalização, tecnologia e organização, e criando oportunidades de trabalho que ali não estariam se apenas existissem as empresas modernas.

A involução metropolitana pode ser constatada por, pelo menos, três indicadores: a) o produto interno bruto (PIB) cresce menos nas metrópoles que no país como um todo e em certas áreas de sua região de influência; b) nas áreas onde o capitalismo amadurece, há tendência à reversão do leque salarial, com certas ocupações menos bem remuneradas envolvendo um maior percentual de trabalhadores na metrópole que no campo; c) certos índices de qualidade de vida tendem a ser melhores no Interior do que nas Regiões Metropolitanas. Tais tendências se afirmam paralelamente à extensão da pobreza nas áreas metropolitanas, onde aumenta o chamado emprego informal. A metrópole não pára de crescer. Mas outras áreas crescem mais depressa. A metrópole continua o grande pólo econômico, enquanto a pobreza e os problemas correlatos se avolumam.

Bibliografia

Armstrong, W. R. e Terence G. McGee, “Revolutionary change and the Third World City: a theory of urban involution”, *Civilisations*, núm. 18, 1968.

Azzoni, Carlos Alberto, “Rentabilidade da indústria na interior de São Paulo”, *Folha de São Paulo*, 21.03, 1989.

Baudrillard, Jean, *La Société de Consommation, ses mythes, ses structures*, Denoël, Paris, 1970.

- Bonilla, Frank, "Rio's favelas - the rural slum within the city", *American University Field Staff Reports Service, South American Series*, VIII, núm. 3, 1961.
- Carlos, Ana Fani Alessandri, *A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia (São Paulo)*, Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1986.
- Davidovich, Fany, "Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios", *Espaço e Debates*, ano IV, núm. 13, 1984, pp. 12-29.
- Denslow, David e William G. Tyler, "Perspectives on poverty and income in Brazil", 4o. *Encontro Brasileiro de Econometria*, Águas de São Pedro, São Paulo, dec. 1982.
- EMPLASA, *Sumário de Dados de 1987* (manuscrito inédito).
- Ferreira, Carlos Eugenio Carvalho, *Revista Conjuntura Demográfica*, núm. 29, Fundação SEADE, São Paulo, 1990.
- Gonçalves, Maria Flora e Ulisses Cidade Semeghini, "O terciário na urbanização paulista: notas preliminares para discussão", *Anais do III Encontro Nacional da ANPUR* (Águas de São Pedro, maio 1989), São Paulo, vol. 2, 1989, pp. 183-203.
- Gunn, Philip, As políticas e a realidade do assentamento industrial em São Paulo, EMPLASA, jun. 1985 (mimeo.).
- Gunn, Philip, *Notas sobre o rebatimento da crise na metrópole de São Paulo*, dez. 1985 (mimeo.).
- Indicadores Sociais*, IBGE, Rio, 1988.
- Leeds, Anthony e Elizabeth Leeds, "Brazil and the myth of rurality", in *City and Country in the Third World*, Sukenkman, Cambridge, 1970.
- Jones, Emrys, *Towns and Cities*, Oxford University Press, 1964.
- Marx, Karl, *El Capital, Libro I, Capitulo VI (inédito)*, Siglo XXI Editores, S. A., 3a. ed., Mexico, 1974.
- Negri, Barjas, Maria Flora Gonçalves, Wilson Cano, *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo*, Fundação SEADE, São Paulo, jan. 1988.
- Perfil dos Municípios Paulistas*, Fundação SEADE, São Paulo, 1989.
- Pesquisa Nacional por amostragem domiciliar*, IBGE, Rio, 1983.

- Redwood III, John, Reversion de polarización, ciudades secundárias y eficiência en el desarrollo nacional: una vision teórica aplicada al Brasil contemporâneo, *Revista EURE*, núm. 32, 1984, pp. 35-55.
- Roberts, Bryan, *Cities of Peasants*, Edward Arnold, Londres, 1978 (*Ciudades de Campesinos*), Siglo XXI Editores, Mexico, 1980).
- Saint William S. e William Goldsmith, "Sistemas de lavoura, mudança estrutural e migração rural-urbana no Brasil", *Estudos CEBRAP*, núm. 25.
- Santos, Milton, *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Hucitec, São Paulo, 1987.
- Sjoberg, Gedeon, *The pré-industrial city*, The Free Press, Glencoe, 1960.
- Telles Claro, Luiz Fernando, "Notas para discussão: região metropolitana e cidades médias no Estado de São Paulo", *Revista do SIAM*, ano III, núm. 15, nov. 1985.
- Tokman, Victor E., *Estrategia de desarrollo y empleo en los anos ochenta*, CEPAL, 1981.
- Weisslitz, Jacqueline, "Migration rurale et intégration urbaine au Pérou", *Espaces et Société*, núm. 3, 1971.